



Prefeitura Municipal de Ouro Preto do Oeste
GABINETE DO PREFEITO

OFÍCIO Nº 165

DE 03 DE MAIO DE 1994.

Senhor Presidente,

Tendo a grata satisfação de encaminhar à apreciação dessa Augusta Edilidade o incluso Projeto de Lei nº 502 de 03 de abril de 1994, que Concede Incentivo Fiscal as indústrias dos setores industrial e Pólo Moveleiro e dá outras providências.

Na oportunidade externamos nossos sinceros protestos de estima e consideração. *Agmar*

Atenciosamente,

Agmar
AGMAR DE SOUZA GOMES
PREFEITO MUNICIPAL

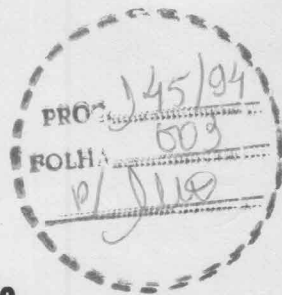
AO EXMº SR.

AURO VIEIRA COELHO

MD. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

OURO PRETO DO OESTE - RONDÔNIA

Camara Municipal de Ouro
Preto do Oeste
Serv. de Protocolo
Recebido Em 03/05/94
Horas: 11:40
P/ WES
Chefe



Prefeitura Municipal de Ouro Preto do Oeste
GABINETE DO PREFEITO

MENSAGEM Nº 494

DE 03 DE MAIO DE 1994.

Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,

O presente Projeto de Lei que ora submetemos à apreciação de Vossas Excelências, tem por objeto a Concessão de Incentivo Fiscal pelo prazo de 03 anos a partir da implantação e aprovação desta Lei, à todas as indústrias que se instalarem nos setores industriais e Pólo Moveleiro do Município.

Um dos grandes motivos da crise econômica que enfrenta o País, é a falta de incentivo ao Setor Produtivo da indústria, geradora de emprego, de progresso e de arrecadação fiscal.

A pesada carga Tributária que sofre o Setor Industrial pode e deve ser amenizado pelos organismos públicos, naquilo que for de sua competência e responsabilidade.

O Município de Ouro Preto do Oeste, sentindo os duros reflexos desta crise, pretende dar a sua contribuição à indústria que vier a se implantar nos setores industriais e Pólo Moveleiro, isentando-as do pagamento do IPTU e de algumas Taxas de expediente, serviços urbanos e de licença de funcionamento e de localização, conforme se propõe no presente Projeto de Lei.

Assim, espera que Vossas Excelências se dignem em aprovar o Projeto que ora se propõe, por ser necessário e de grande importância ao desenvolvimento Municipal.

PALÁCIO DOS PIONEIROS

AGMAR DE SOUZA GOMES
PREFEITO MUNICIPAL

Camara Municipal de Ouro
Preto do Oeste
Serv. de Protocolo
Recebido Em 03.10.1994
Horas: 11:40
Chefe

APROVADO
1.ª VOTAÇÃO
QUORUM 14 / 14
Em: 13 / 06 / 94

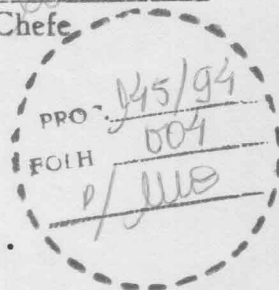


Camara Municipal de Ouro
Preto do Oeste
Serv. de Protocolo
Recebido Em 03/05/94
Horas: 11:40
Chefe

Prefeitura Municipal de Ouro Preto do Oeste
GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI Nº 502

DE 03 DE MAIO DE 1994.



"CONCEDE INCENTIVO FISCAL AS INDUSTRIAS
DOS SETORES INDUSTRIAL E PÓLO MOVELEI-
RO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Ouro Preto do Oeste, no
uso das atribuições legais.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu san-
ciono a seguinte Lei:

Art.1º - O Poder Executivo Municipal concederá in-
centivo fiscal às indústrias de qualquer porte e natureza, que a
partir da data de publicação desta Lei vierem a se implantar nos
setores Industriais e Pólo Moveleiro.

§ 1º - Entende-se por Setores Industriais e Pólo
Moveleiro aqueles criados por Lei Municipal.

§ 2º - As Indústrias poderão requerer o benefício
desta Lei através das Associações e dos Sindicatos que pelo esta-
tuto as representem.

Art.2º - O Incentivo Fiscal de que trata esta Lei,
consistirá na isenção pelo prazo de tres anos de:

I - Imposto Predial e Territorial Urbano, Tabela I,
da Lei nº 101/86 e suas posteriores modificações;

II - Taxa de Licença, Tabela III, Item 1, sub-item
1.1; Item 2, sub-item 2.1; Item 4, sub-item 4.2; Item 6, sub-item
6.1, da Lei nº 101/86 e suas posteriores modificações;

III - Taxa de Expediente, Tabela IV da Lei nº 101/
86 e suas posteriores modificações;



Prefeitura Municipal de Ouro Preto do Oeste
GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI Nº 502

DE 03 DE MAIO DE 1994.

Fls.002

IV - Taxa de Serviços Urbanos, Tabela V, Item 2, sub-item 2.1; Item 3, sub-item 3.1, da Lei nº 101/86 e suas posteriores modificações;

Art.3º - A isenção de que trata esta Lei será após o Requerimento do Contribuinte, Associação ou Entidade Sindical que o represente, desde que comprove a Negativa de Débito junto as Receitas Federal, Estadual e Municipal.

Art.4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação. *[Assinatura]*

[Assinatura]
AGMAR DE SOUZA GOMES
PREFEITO MUNICIPAL

Camara Municipal de Ouro
Preto do Oeste
Serv. de Protocolo
Recebido Em 03/05/94
Horas: 11:40
[Assinatura]
Chefe

Câmara Municipal de Ouro Preto do Oeste	
PROTOCOLO	
04/05/94	Nº 145/94
p/ JMS	

PROC. 145/94
FOI H 006
p/ JMS

AO EXMO. SR.

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE.
SEGUE O PRESENTE PROCESSO PARA PROVIDÊNCIAS CABÍVEIS .

EM, 04.05.94.

p/ JMS

A. Divisão Legislativa

Segue o presente Processo Para Conhecimento
do Plenário. Em, 04.05.94

Silvana Coutinho
ASSESSORA GABINETE DO PRESIDENTE
PORT. No. 069/GP/CMOPO/RO/94

AO Plenário

Segue o presente processo
para Conhecimento.

Em 04/05/94

Roberto

ESTADO DE RONDÔNIA
Câmara Municipal de Ouro Preto
SEÇÃO LEGISLATIVA

Comissão Permanente de
Justiça e Redação
Para parecer dentro do prazo regi-
mental, em 05 de 05 de 1.9 94

Roberto
Chefe De Seção Legislativa

COMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA E REDAÇÃO



OFÍCIO Nº 008/94

DE 11 DE MAIO DE 1994.

Senhor Prefeito,

O Presidente da Comissão Permanente de Justiça e Redação Vereador Ronilton Rodrigues Reis, no uso de suas atribuições Constitucional e especialmente nos termos do Artigo 45 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, vem à presença de Vossa Excelência solicitar as seguintes informações sobre o Projeto de Lei nº 502 de 03.05.94, a fim de que possa emitir parecer sobre o mesmo.

1º) Requer informações sobre quais as áreas Industrial existentes no Município através de Lei Municipal? Ou melhor, Setores Industriais?

Contando com vosso prestimoso atendimento, aguardamos resposta para que assim possamos emitir parecer no Projeto de Lei nº 502 de 03 de maio de 1994 que "Concede incentivo Fiscal as Industrias dos Setores Industriais e Pólo Moveleiro e dá outras providências".

Isto posto, somos-vos com consideração e apreço.

Atenciosamente,

RONILTON RODRIGUES REIS
Presidente da Comissão Permanente
de Justiça e Redação/ CMOPO/ RO

EXMO. SR.
AGMAR DE SOUZA GOMES
M.D. PREFEITO MUNICIPAL
N E S T A /

Recebido
Em 11/05/94
Eve



Prefeitura Municipal de Ouro Preto do Oeste
GABINETE DO PREFEITO

Ofício nº 233/GP/94

Em, 23 de maio de 1994

Senhor Presidente,

Em atenção ao vosso ofício nº 008/94, venho informar à V.Exa., que, a área do setor Industrial criado pela Lei nº 97 de 21 de abril de 1986, com 1.217.388,37 M², dividida em 17 quadras e 39 chácaras, delimitando-se pela BR 364 frente a FRICON, Av. Industrial, igarapé da ANINGA, igarapé do leite, Av. Daniel Comboni até a divisa com a área do INPA, fazendo fundos com a rua do antigo lixão, até o encontro com a área rural, de acordo com o Art. 1º do decreto 3.188 de 08 de junho de 1993; foi implantado o POLO MOVELEIRO na chacara de nº 114 da GL 001, com a área de 65.058,31 M², de acordo com o Art. 1º da Lei 496 de 28 de abril de 1994.

Esperando ter atendido vossa solicitação, no ensejo externamos votos de elevada consideração.

Atenciosamente

AGMAR DE SOUZA GOMES
Prefeito Municipal

Camara Municipal de Ouro
Preto do Oeste
Serv. de Protocolo
Recebido Em 23 | 05 | 94
Horas: 13h 30 min

Ilmo sr.

Ronilton Rodrigues Reis

MD. Presidente da Comissão Permanente de Justiça e Redação

Câmara Municipal de Ouro Preto do Oeste/RO

Nesta



ASSESSORIA JURÍDICA

PROJETO DE LEI Nº 502 DE 03 DE MAIO DE 1994.

ASSUNTO: "CONCEDE INCENTIVO FISCAL AS INDÚSTRIAS
DOS SETORES INDUSTRIAL E PÓLO MOVELEIRO
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PARECER TÉCNICO-JURÍDICO

Aportou-se nesta Assessoria, o Projeto de Lei acima, para que apresentássemos parecer Técnico-Jurídico.

O Projeto trata-se de isenção de Impostos e Taxas as Indústrias dos Setores Industrial e Pólo Moveleiro passemos as considerações Jurídicas.

1º) Considerando o Artigo 141 da Lei Orgânica Municipal que trata da matéria e assim é expresso:

Art. 141 - "A Isenção e remissão relativas' a tributos e penalidades, só poderão ser concedidas em caráter genérico e fundadas em interesse público justificado, sob pena de nulidade do ato".

a) Ora em nosso entendimento o Inciso "I do Artigo 2º - Imposto Predial e Territorial Urbano, Tabela I da Lei' nº 101/86 e suas posteriores Modificações", deve ser suprimido, uma vez que esta isenção não está sendo genérica e nem funda-se em interesse público justificado.

b) Deve ser suprimido também o Artigo 3º do Projeto, uma vez que o mesmo não tem sentido de existir, pois apenas irá dificultar ao contribuinte já estabelecido conseguir o benefício da Lei, é sem dúvida o mesmo que dar com uma mão e tirar com a outra.



ASSESSORIA JURÍDICA

PROJETO DE LEI Nº 502 DE 03 DE MAIO DE 1994.

ASSUNTO: "CONCEDE INCENTIVO FISCAL AS INDÚSTRIAS
DOS SETORES INDUSTRIAL E PÓLO MOVELEIRO
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PARECER TÉCNICO-JURÍDICO

Aportou-se nesta Assessoria, o Projeto de Lei acima, para que apresentássemos parecer Técnico-Jurídico.

O Projeto trata-se de isenção de Impostos e Taxas as Indústrias dos Setores Industrial e Pólo Moveleiro passemos as considerações Jurídicas.

1º) Considerando o Artigo 141 da Lei Orgânica Municipal que trata da matéria e assim é expresso:

Art. 141 - "A Isenção e remissão relativas a tributos e penalidades, só poderão ser concedidas em caráter genérico e fundadas em interesse público justificado, sob pena de nulidade do ato".

a) Ora em nosso entendimento o Inciso "I do Artigo 2º - Imposto Predial e Territorial Urbano, Tabela I da Lei nº 101/86 e suas posteriores Modificações", deve ser suprimido, uma vez que esta isenção não está sendo genérica e nem funda-se em interesse público justificado.

b) Deve ser suprimido também o Artigo 3º do Projeto, uma vez que o mesmo não tem sentido de existir, pois apenas irá dificultar ao contribuinte já estabelecido conseguir o benefício da Lei, é sem dúvida o mesmo que dar com uma mão e tirar com a outra.



C O N C L U S Ã O

Isto posto, somos de parecer que o Projeto deve sofrer Emendas no sentido de:

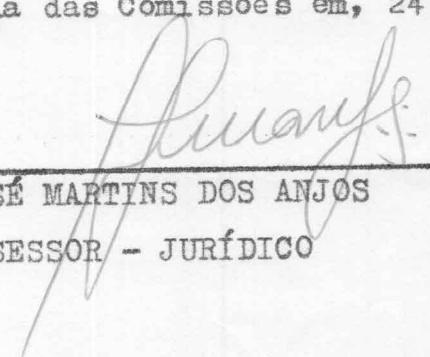
a) Suprimir o Inciso I do Artigo 2º.

b) Suprimir o Artigo 3º.

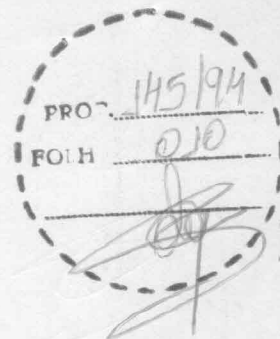
Está pois, o Projeto em condições Jurídicas de ser analisado pelas Comissões de Justiça e Redação e Orçamento e Finanças.

É nosso Parecer.

Sala das Comissões em, 24 de maio de 1.994.



JOSE MARTINS DOS ANJOS
ASSESSOR - JURÍDICO



C O N C L U S Ã O

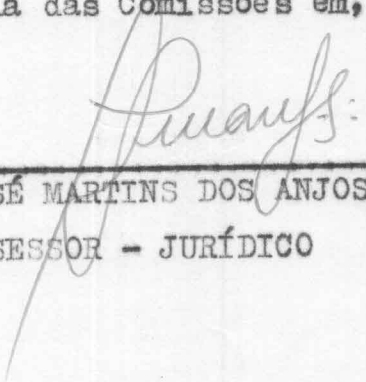
Isto posto, somos de parecer que o Projeto deve sofrer Emendas no sentido de:

- a) Suprimir o Inciso I do Artigo 2º.
- b) Suprimir o Artigo 3º.

Está pois, o Projeto em condições Jurídicas de ser analisado pelas Comissões de Justiça e Redação e Orçamento e Finanças.

É nosso Parecer.

Sala das Comissões em, 24 de maio de 1.994.



JOSÉ MARTINS DOS ANJOS
ASSESSOR - JURÍDICO



COMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 502 DE 03 DE MAIO DE 1994

"CONCEDE INCENTIVO FISCAL AS INDÚSTRIAS DOS
SETORES INDUSTRIAL E PÓLO MOVELEIRO E DÁ OU
TRAS PROVIDÊNCIAS".

PARECER E VOTO DO RELATOR

Relatando o presente Projeto, sentimos que
o mesmo necessita de emendas que passamos a apresentá-las.

Sendo favorável à aprovação do Projeto com
as Emendas.

É nosso Parecer.

Sala das Comissões em, 24 de maio de 1.994.



ÁLVARO GONÇALVES ROCHA

RELATOR

PRO: 145/94
FOI H: 032

EMENDA SUPRESSIVA Nº 001/94

FICA SUPRIMIDO O INCISO I DO ARTIGO 2º DO
PROJETO DE LEI Nº 502 DE 03 DE MAIO DE 1994.

Sala das Comissões em, 24 de maio de 1.994 .


ALVARO GONÇALVES ROCHA
VEREADOR AUTOR

APROVADO
VOTAÇÃO ÚNICA
QUORUM 14 / 16
Em: 13 / 06 / 94



EMENDA SUPRESSIVA Nº 002/94

FICA SUPRIMIDO O ARTIGO 3º DO PROJETO DE
LEI Nº 502 DE 03 DE MAIO DE 1994.

Sala das Comissões em, 24 de maio de 1.994

ALVARO GONÇALVES ROCHA
VEREADOR AUTOR

APROVADO
VOTAÇÃO ÚNICA
QUORUM 14 / unân.
Em: 13 / 06 / 94



J U S T I F I C A T I V A

O Relator apresenta Emendas Supressivas nºs 01 e 02, uma vez que a Emenda Supressiva Nº 01 se fundamenta no seguinte: A isenção só pode ser concedida em caráter genérico, conforme Artigo 141 da Lei Orgânica Municipal.

Assim sendo, isentar IPTU das Indústrias apenas não é legal, por estas razões apresentamos Emenda Supressiva ao Inciso I do Artigo 2º.

Quanto à segunda Emenda Supressiva a mesma também é necessária, uma vez que o Artigo 3º deve ser suprimido, pois as exigências do mesmo são inadequadas, pois apenas iria dificultar as Empresas já instaladas a conseguirem seus benefícios legais.

Isto posto, solicitamos aos Nobres Pares os seus votos favoráveis.

Sala das Comissões em, 24 de maio de 1.994.



ALVARO GONÇALVES ROCHA

VEREADOR AUTOR DAS EMENDAS



J U S T I F I C A T I V A

O Relator apresenta Emendas Supressivas nºs 01 e 02, uma vez que a Emenda Supressiva Nº 01 se fundamenta no seguinte: A isenção só pode ser concedida em caráter genérico, conforme Artigo 141 da Lei Orgânica Municipal.

Assim sendo, isentar IPTU das Indústrias apenas não é legal, por estas razões apresentamos Emenda Supressiva ao Inciso I do Artigo 2º.

Quanto à segunda Emenda Supressiva a mesma também é necessária, uma vez que o Artigo 3º deve ser suprimido, pois as exigências do mesmo são inadequadas, pois apenas iria dificultar as Empresas já instaladas a conseguirem seus benefícios legais.

Isto posto, solicitamos aos Nobres Pares os seus votos favoráveis.

Sala das Comissões em, 24 de maio de 1.994.



ALVARO GONÇALVES ROCHA

VEREADOR AUTOR DAS EMENDAS

PROC. 145/94
FOLHA 015

APROVADO
VOTAÇÃO ÚNICA
QUORUM 14 / Uma
Em: 13 / 00 / 94

COMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 502 DE 03 DE MAIO DE 1994

"CONCEDE INCENTIVO FISCAL AS INDÚSTRIAS DOS SETORES INDUSTRIAL E POLO MOVELEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

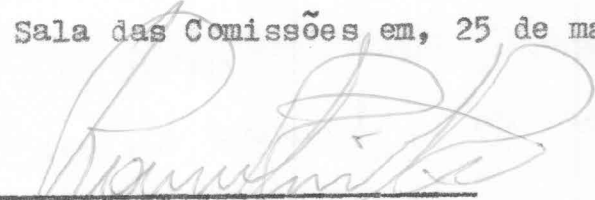
PARECER E VOTO DA COMISSÃO Nº 022

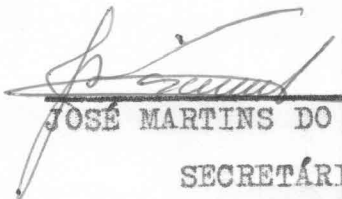
A Comissão em detida análise, concluiu que as Emendas apresentadas pelo Relator são necessárias.

Sendo pois favorável à aprovação do Projeto.

É nosso Parecer.

Sala das Comissões em, 25 de maio de 1.994.


RONILTON RODRIGUES REIS
PRESIDENTE


JOSE MARTINS DO NASCIMENTO
SECRETÁRIO


ALVARO GONÇALVES ROCHA
MEMBRO

Ào Secretário Geral
Segue o presente processo
para providenciar
Em 25/05/94



Ronilton Rodrigues Reis
Vereador - PMDB

A COMISSÃO DE ORÇAMENTO E

FINANÇAS

SEGUIR O

PARACER

PRESENTE PROJETO Nº 19

Em 25/05/94

A Secção Legislativa
Segue o presente processo
para providenciar
Em 31/05/94

Valdiney Santos Mottinho
Vereador - PTR

Ào Plenário

Segue o presente processo
para votação única do parecer da
emenda e 1º do Projeto.

Em 09/06/94



COMISSÃO PERMANENTE DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 502 DE 03 DE MAIO DE 1994

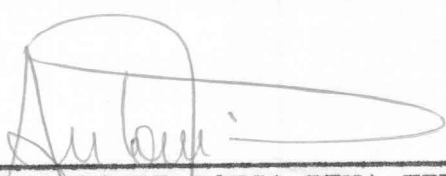
"CONCEDE INCENTIVO FISCAL AS INDÚSTRIAS DOS
SETORES INDUSTRIAL E PÓLO MOVELEIRO E DÁ OU
TRAS PROVIDÊNCIAS".

PARECER E VOTO DO RELATOR

Relatando o presente Projeto, somos de parecer favorável às emendas supressivas nº 01 e 02, uma vez que as mesmas são necessárias.

E nosso Parecer.

Sala das Comissões em, 31 de maio de 1.994 .



ANTONIO DE SOUZA PENA FILHO
RELATOR

PROC 145/94
FOLHA 018

COMISSÃO PERMANENTE DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

PROVADO
TAÇÃO ÚNICA
QUORUM 14 / 15
Em: 13 / 06 / 94

PROJETO DE LEI Nº 502 DE 03 DE MAIO DE 1994.

CONCEDE INCENTIVO FISCAL AS INDÚSTRIAS DOS SETORES INDUSTRIAL E POLO MOVELEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

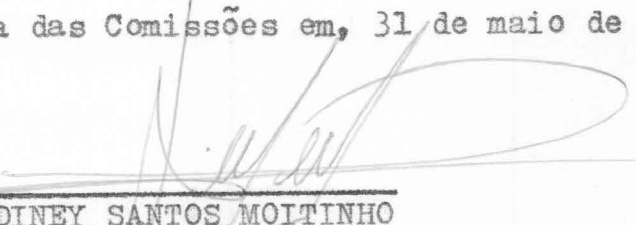
PARECER E VOTO DA COMISSÃO Nº 022

A Comissão de Orçamento e Finanças em detida análise ao Projeto, concorda com as emendas já apresentadas por serem as mesmas necessárias.

Assim sendo, a Comissão é favorável à supressão do Inciso I do Artigo 2º.

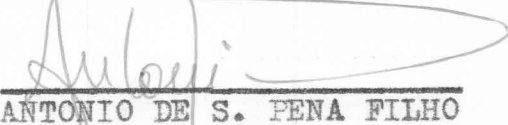
E também a supressão do Artigo 3º.
Sendo pois favorável à aprovação do Projeto.
É nosso Parecer.

Sala das Comissões em, 31 de maio de 1.994 .



VALDINEY SANTOS MOLTINHO
PRESIDENTE

BRAZ RESENDE
SECRETÁRIO



ANTONIO DE S. PENA FILHO
MEMBRO



PROJETO DE LEI Nº 502

DE 03 DE MAIO DE 1994.

APROVADO
1.ª VOTAÇÃO
QUORUM 14 / unanim
Em: 13 / 06 / 94

APROVADO
2.ª VOTAÇÃO
QUORUM 13 / unanim
Em: 20 / 06 / 94

"CONCEDE INCENTIVO FISCAL AS INDUSTRIAS
DOS SETORES INDUSTRIAL E PÓLO MOVELEIRO
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito do Município de Ouro Preto
do Oeste, no uso das atribuições legais,

Faço saber que a Câmara Municipal apro-
vou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º) O Poder Executivo Municipal
concederá incentivo fiscal às indústrias de qualquer porte e natu-
reza, que a partir da data de publicação desta Lei vierem a se im-
plantar nos setores industriais e Pólo Moveleiro.

§ 1º) Entende-se por Setores Industri-
ais e Pólo Moveleiro aqueles criados por Lei Municipal.

§ 2º) As Indústrias poderão requerer o
benefício desta Lei através das Associações e dos Sindicatos que
pelo estatuto as representem.

Art. 2º) O Incentivo Fiscal de que tra-
ta esta Lei, consistirá na isenção pelo prazo de três anos de:

I - Taxa de Licença, Tabela III ,
Item 1, sub Item 1.1; Item 2, sub-Item 2.1; Item 4, sub-Item 4.2 ;
Item 6, sub-Item 6.1, da Lei nº 101/86 e suas posteriores modifica-
ções;

II - Taxa de Expediente, Tabela IV
da Lei nº 101/86 e suas posteriores modificações;



PROJETO DE LEI Nº 502

DE 03 DE MAIO DE 1.994.

APROVADO
1.ª VOTAÇÃO
QUORUM 14 / unanim
Em: 13 / 06 / 94

APROVADO
2.ª VOTAÇÃO
QUORUM 13 / unanim
Em: 20 / 06 / 94

"CONCEDE INCENTIVO FISCAL AS INDUSTRIAS
DOS SETORES INDUSTRIAL E PÓLO MOVELEIRO
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito do Município de Ouro Preto
do Oeste, no uso das atribuições legais,

Faço saber que a Câmara Municipal apro-
vou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º) O Poder Executivo Municipal
concederá incentivo fiscal às indústrias de qualquer porte e natu-
reza, que a partir da data de publicação desta Lei vierem a se im-
plantar nos setores industriais e Pólo Moveleiro.

§ 1º) Entende-se por Setores Industri-
ais e Pólo Moveleiro aqueles criados por Lei Municipal.

§ 2º) As Indústrias poderão requerer o
benefício desta Lei através das Associações e dos Sindicatos que
pelo estatuto as representem.

Art. 2º) O Incentivo Fiscal de que tra-
ta esta Lei, consistirá na isenção pelo prazo de três anos de:

I - Taxa de Licença, Tabela III ,
Item 1, sub Item 1.1; Item 2, sub-Item 2.1; Item 4, sub-Item 4.2 ;
Item 6, sub-Item 6.1, da Lei nº 101/86 e suas posteriores modifica-
ções;

II - Taxa de Expediente, Tabela IV
da Lei nº 101/86 e suas posteriores modificações;

PROJETO DE LEI Nº 502


Fls. 02

DE 03 DE MAIO DE 1.994



III - Taxa de serviços Urbanos, Tabela V, Item 2, sub-Item 2.1; Item 3, sub-Item 3.1, da Lei nº 101/86 e suas posteriores modificações.

Art. 3º) Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.


Euto Vieira Coelho
Presidente / CMOPO

PROJETO DE LEI Nº 502

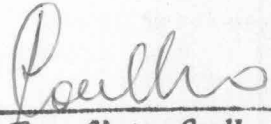
Fls. 02

DE 03 DE MAIO DE 1.994 .



III - Taxa de serviços Urbanos, Tabela V, Item 2, sub-Item 2.1; Item 3, sub-Item 3.1, da Lei nº 101/86 e suas posteriores modificações.

Art. 3º) Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.


Ruy Vieira Coelho
Presidente / CMOPO